

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA

Tânia Regina Prado

**Elaboração de material audiovisual educativo para a população de Florianópolis
com enfoque na estruturação e manutenção de hortas comunitárias**

Florianópolis

2021

Tânia Regina Prado

**Elaboração de material audiovisual educativo para a população de Florianópolis
com enfoque na estruturação e manutenção de hortas comunitárias**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Saúde da Família.

Orientadora: Prof.^a Janaina das Neves

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Prado, Tânia Regina

Elaboração de material audiovisual educativo para a população de Florianópolis com enfoque na estruturação e manutenção de hortas comunitárias / Tânia Regina Prado ; orientador, Janaina das Neves, 2021.

51 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Curso de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Nutrição, Saúde da Família, Horta Comunitária, Material Educativo, Educação em Saúde. I. das Neves, Janaina . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Residência Multiprofissional em Saúde da Família. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, que sempre me motivou a lutar pelo que eu acredito e a seguir o meu próprio caminho.

Às amigas e amigos, minha família de coração, por todo o carinho e suporte durante esses anos. É muito bom partilhar essa vida com vocês.

Às colegas residentes, levarei para a vida os aprendizados e experiências incríveis que tivemos nesses anos em que tive o prazer de trabalhar junto com vocês.

À minha orientadora e tutora, Janaina. Você é uma inspiração como pessoa e professora desde o início da minha graduação. Obrigada por me acompanhar e encorajar com tanta tranquilidade durante esse percurso.

À minha preceptora, Anastasia, um exemplo de profissional dedicada e humana. Foi uma alegria compartilhar de todos os espaços que o SUS nos proporcionou esses anos.

Aos professores e professoras da REMULTISF, que sempre nos permitiram aprender de forma problematizadora, reflexiva e lúdica.

Aos participantes deste estudo, os quais deixam nossa cidade mais colorida com sua dedicação às hortas comunitárias. Obrigada por compartilharem seus conhecimentos conosco.

Aos usuários e usuárias do SUS, que me proporcionaram momentos de reflexão, aprendizado e descontração na rotina que muitas vezes nos desanimava. Obrigada por me ajudarem a chegar cada vez mais perto da profissional que desejo me tornar.

À vida, por tudo.

“Vejo a utopia nesta função: um desassossego do presente acossado pela responsabilidade com o amanhã”

Edson Luiz André de Sousa

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral construir material educativo audiovisual para estruturação e manutenção de hortas comunitárias em Florianópolis. A elaboração dos materiais audiovisuais seguiu as três fases indicadas por Fleming, Reynolds e Wallace (2009): pré-produção, produção e pós-produção. Os roteiros e temáticas abordadas foram selecionados de acordo com: cartilhas disponíveis *online*, sugestões de membros de ações de agricultura urbana na cidade e a experiência da residente no grupo terapêutico “Mãos à Horta Comunitária”. Para as gravações, foram convidados a participar integrantes de diferentes grupos que trabalham com o tema em Florianópolis. Participaram da construção e filmagens: um membro da horta comunitária do Parque Cultural do Campeche, três membros do núcleo de Agroecologia da UFSC e um especialista em plantas medicinais. Como resultado, foi elaborada uma série de seis vídeos com os seguintes temas: 1) “Por que fazer uma horta comunitária e por onde começar? ”; 2) Escolha das plantas; 3) Preparo do solo e plantio; 4) Propagação; 5) Controle de pragas e doenças; e 6) Compostagem. Os materiais educativos foram gravados, editados, revisados e publicados em sítio eletrônico de compartilhamento de vídeos. Considerando-se o potencial das hortas comunitárias em trazer benefícios tanto para a cidade quanto para a população, este trabalho visou contribuir de forma prática ao fornecer materiais educativos que possam servir como estímulo a uma maior participação populacional nas hortas comunitárias de Florianópolis.

Palavras-chave: Vídeos educativos. Tecnologia educacional. Alimento. Plantio. Horta Urbana. Atenção Primária.

ABSTRACT

This study had the objective to build audiovisual educational material for structuring and maintaining community gardens in Florianópolis. The production followed the three phases indicated by Fleming, Reynolds and Wallace (2009): preproduction, production and postproduction. The scripts and themes covered were selected according to: booklets available online, suggestions by members of urban agriculture projects in the city and the experience of the resident in the therapeutic group “Mãos à Horta Comunitária”. For the recordings, members of different groups working on the theme in Florianópolis were invited to participate: a member of the community garden of the Parque Cultural do Campeche, three members of the UFSC Agroecology group and an expert in medicinal plants. As a result, a series of six videos was prepared with the following themes: 1) “Why build a community garden and where to start?”; 2) Choice of plants; 3) Soil preparation and planting; 4) Propagation; 5) Control of pests and diseases; and 6) Composting. The educational materials were recorded, edited, reviewed and published on a video sharing website. Considering the potential of community gardens to bring benefits to both the city and the population, this work aimed to contribute in a practical way by providing educational materials that can serve as a stimulus for greater population participation in the community gardens in Florianópolis.

Keywords: *Educational videos. Educational technology. Food. Planting. Urban Gardens. Primary attention.*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pré-produção do vídeo 1 - <i>Por que fazer uma horta comunitária e por onde começar</i>	29
Quadro 2: Pré-produção do vídeo 2 - <i>Escolha das plantas</i>	30
Quadro 3: Pré-produção do vídeo 3 - <i>Preparo do solo</i>	31
Quadro 4: Pré-produção do vídeo 4 - <i>Propagação</i>	32
Quadro 5: Pré-produção do vídeo 5 - <i>Controle de pragas e doenças</i>	33
Quadro 6: Pré-produção do vídeo 6 - <i>Compostagem</i>	34

LISTA DE SIGLAS

SUS	Sistema Único de Saúde
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
HC	Hortas comunitárias
OMS	Organização Mundial da Saúde
DCNT	Doenças crônicas não transmissíveis
SAN	Segurança alimentar e nutricional
SA	Soberania alimentar
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
EAN	Educação alimentar e nutricional
PMAU	Programa Municipal de Agricultura Urbana
COMCAP	Companhia de Melhoramentos da Capital
FLORAM	Fundação Municipal do Meio Ambiente
CS	Centro de Saúde
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
REMULTISF	Residência Multiprofissional em Saúde da Família
PANCs	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PACUCA	Parque Cultural do Campeche
PNPS	Política Nacional de Promoção de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 SAÚDE E ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	13
2.1.1 Saúde no Brasil	13
2.1.2 Saúde e alimentação	14
2.2 HORTAS COMUNITÁRIAS.....	20
2.2.1 Incentivos à horta comunitária em Florianópolis	21
2.3 VÍDEOS COMO FERRAMENTAS EDUCATIVAS.....	22
3 METODOLOGIA.....	24
3.1 INSERÇÃO DO ESTUDO.....	24
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	24
3.3 ETAPAS DO ESTUDO.....	25
3.3.1 Levantamento de materiais educativos destinados à implementação e manutenção de hortas comunitárias em Florianópolis	25
3.3.2 Contato com participantes das ações de agricultura urbana em Florianópolis e identificação de conteúdos relevantes para inclusão no material audiovisual	25
3.3.3 Elaboração dos materiais audiovisuais educativos: do roteiro à edição.....	26
3.3.4 Disponibilização e divulgação dos materiais audiovisuais.....	27
4 RESULTADOS	28
4.1 REVISÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS	28
4.2 ELABORAÇÃO DOS ROTEIROS	28
4.3 GRAVAÇÃO DOS VÍDEOS.....	35
4.4 EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS VÍDEOS	36
5 DISCUSSÃO	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Lei Orgânica nº 8.080/1990, conceituou a saúde de forma ampliada, considerando-a resultante de uma complexa teia de fatores relacionados aos modos de vida, de organização e produção em seus diferentes contextos históricos, culturais e sociais. Dessa forma, buscou-se superar a concepção de saúde tradicional, pautada em aspectos biológicos (BRASIL, 2015).

A alimentação, apesar de há algumas décadas ser reconhecida como um importante aspecto da condição de saúde da população, somente foi reconhecida enquanto um direito social na Constituição Federal no ano de 2010 (BRASIL, 2010a). Mesmo após esse reconhecimento oficial da alimentação como direito, o acesso aos alimentos ainda é desigual. Por meio de esforços da sociedade civil, foram incluídos na agenda pública brasileira importantes avanços para a realização do direito à alimentação – principalmente a partir dos anos de 2000 – como o Programa Bolsa Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Fome Zero, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (VASCONCELOS et al, 2019).

Entretanto, a partir de 2016, as mudanças ocorridas no governo federal resultaram em retrocessos no acesso aos direitos, por meio de cortes de orçamento e encerramento de programas que impactaram diretamente nas políticas relacionadas à alimentação e nutrição (VASCONCELOS et al, 2019). Questões como desincentivo à agricultura familiar, descadastramento de milhares de famílias dos programas de distribuição de renda, desconstrução de políticas públicas, altas taxas de desemprego, congelamento de gastos na saúde por 20 anos e vendas internacionais de alimentos como *commodities* são alguns dos exemplos de decisões políticas que contribuíram para uma maior desigualdade no acesso à alimentos no Brasil - os quais foram agravados com a pandemia de COVID-19 vivenciada a partir de 2020 (VIA CAMPESINA, 2003; BRASIL, 2010b; VASCONCELOS et al, 2019; OLIVEIRA-COSTA, 2020).

Além do acesso regular aos alimentos, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) prevê que esses sejam livres de contaminantes. Entretanto, o Brasil é o país que mais utiliza agrotóxicos, muitos dos quais são proibidos em diversos países devido à sua ação comprovadamente cancerígena. Em todo o mundo, aproximadamente 193 mil pessoas

por ano perdem suas vidas devido ao contato com essas substâncias químicas - destas, 700 são notificadas no Brasil (OPAS, 2018).

Nesse contexto, a agroecologia vem como alternativa para a promoção de uma agricultura sustentável, com justiça ambiental e social, capaz de garantir a soberania alimentar, a segurança alimentar e nutricional, e conseqüentemente, saúde à população. Essa ciência e prática interdisciplinar considera não só os conhecimentos científicos, mas também as técnicas e saberes populares (INCA, 2019; BRASIL, 2012b).

Nas áreas urbanas, a agricultura tem-se destacado como estratégia para facilitar o acesso a alimentos seguros e naturais, especialmente na modalidade das hortas comunitárias (JACOB, BRITO; 2019). O potencial das hortas comunitárias vai além da produção de alimentos de forma agroecológica, essas podem servir como instrumentos de enfrentamento a questões atuais que englobam a saúde, ambiente, economia e boa governança (JACOB, BRITO; 2019).

A crescente atenção que estudiosos têm dado à essa prática está relacionada com os diversos benefícios descritos na literatura, como: aumento de áreas verdes nas cidades (SARAIVA, 2011), oportunidade de lazer e atividade física, possível fonte de renda, estímulo à participação social em atividades coletivas, espaço propício para abordagens holísticas relacionadas à saúde mental (JACOB, BRITO; 2019), proporção de um local de aprendizagem e relações intergeracionais de compartilhamento de experiências e diferentes tipos saberes (SARAIVA, 2011); além do maior acesso a alimentos seguros, frescos e variados (MACHADO & MACHADO, 2002; FREDDI, 2015).

Considerando-se que a participação popular é essencial para a criação de hortas comunitárias, e fator determinante para sua continuidade, este trabalho tem como objetivo fornecer materiais audiovisuais educativos relativos às hortas comunitárias a fim de estimular que mais indivíduos contribuam e desfrutem desses espaços e ações. Longe de esgotar todas as técnicas e práticas possíveis, buscou-se compartilhar conhecimentos técnicos e populares encontrados entre mobilizadores de ações de agricultura urbana em Florianópolis de forma que esses conhecimentos sejam disseminados entre a população interessada - sejam profissionais da saúde, da educação e toda a população em geral.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Construir material educativo audiovisual para estruturação e manutenção de hortas comunitárias em Florianópolis

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar e caracterizar nas bases de dados materiais educativos destinados à implementação e manutenção de hortas comunitárias em Florianópolis
- b) Definir os conteúdos relevantes para inclusão nos materiais educativos a serem elaborados
- c) Elaborar os roteiros e gravar os materiais audiovisuais para apoiar a estruturação e manutenção de hortas comunitárias em Florianópolis
- d) Disponibilizar e divulgar os materiais audiovisuais elaborados virtualmente

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 SAÚDE E ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

2.1.1 Saúde no Brasil

No Brasil, o direito à saúde foi garantido à população na constituição de 1988, o que resultou na instituição e regulação do SUS em 1990. O SUS permite que o estado cumpra seu dever de garantir a saúde a todos cidadãos - por meio ações e serviços universais e igualitários (BRASIL, 1988).

Ao longo desses anos, o SUS tem passado por importantes mudanças e avanços, principalmente no âmbito da universalização. A universalidade é um dos três princípios doutrinários do SUS, juntamente com a equidade e integralidade. Estes princípios visam garantir que as ações de saúde no país sejam disponíveis à toda população, de acordo com suas características e necessidades, e que visem abranger a prevenção e tratamento das doenças, além da promoção de saúde, em todos os níveis de complexidade do sistema (PAHO, 2008).

Dessa forma, a saúde começou a ser abordada de forma mais integral, indo além do tratamento de doenças - o que vai ao encontro do conceito de saúde proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1947 (BRASIL, 2000). Segundo a OMS, a saúde é "*um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade*". Apesar das críticas a este conceito, pois visa uma perfeição inatingível, ele caracterizou um avanço aos propostos no modelo biomédico, e possibilitou que a saúde passasse a ser avaliada de uma forma mais holística (SEGRE, FERRAZ, 1997; PAHO, 2008).

A saúde está relacionada com a garantia de direitos sociais, os quais foram descritos inicialmente na Constituição de 1988, como: educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). Estes direitos são apontados na própria constituição como determinantes e condicionantes da saúde humana. Entretanto, somente no ano de 2010, a alimentação foi descrita como um direito social em nosso país, após mobilizações de movimentos sociais brasileiros (BRASIL, 2010^a; VASCONCELOS et al, 2019).

2.1.2 Saúde e alimentação

A alimentação, além de ser um direito social de todo brasileiro, tem um destaque por estar entre os indicadores básicos de avaliação da saúde da população - pois é o principal fator de risco modificável para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (WHO, 2003; BRASIL, 2010a). Assim, a temática alimentação e nutrição é debatida por diferentes segmentos da sociedade, pois se relaciona com aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Alguns conceitos guiam a discussão sobre alimentação e nutrição, são eles: segurança alimentar e nutricional (SAN), soberania alimentar (SA) e DHAA.

a) Segurança Alimentar e Nutricional

O conceito de SAN está em constante construção, e evolui juntamente com os avanços da humanidade e alterações nas formas de organização social e de poder na sociedade. Inicialmente, na Europa durante a Primeira Guerra Mundial, a segurança alimentar estava relacionada à capacidade de um país produzir o próprio alimento para sua população. A partir da Segunda Guerra o conceito ganhou maior notoriedade, principalmente devido às discussões feitas pela recém criada Organização das Nações Unidas (ONU), nas quais o acesso a alimentos de qualidade passou a ser considerado um direito humano (BRASIL, 2013).

De forma hegemônica, após a Segunda Guerra Mundial, a insegurança alimentar passou a ser tratada como resultado de uma escassa disponibilidade de alimentos, devido à produção insuficiente em países mais pobres. Então, foram iniciadas diversas ações de assistência alimentar a partir de excedentes de produção de países ricos, assim como a utilização de insumos para o aumento da produtividade, como sementes geneticamente selecionadas, pesticidas, fertilizantes e mecanização do trabalho no campo (BRASIL, 2013).

Estas mudanças na produção de alimentos, a chamada Revolução Verde, trouxe diversas consequências negativas nos âmbitos ambiental e social, ao mesmo tempo que não causou um impacto profundo na redução da fome. Esta experiência demonstrou claramente que a fome, que nesta época assolou diversos países e ainda persiste, não é somente o resultado de uma baixa produção de alimentos e sim de uma profunda desigualdade social. Portanto, a segurança alimentar passou a ser relacionada com o acesso físico e econômico aos alimentos de forma suficiente e permanente (BRASIL, 2013).

Em 1992, na Conferência Internacional de Nutrição, agregou-se ao conceito o aspecto nutricional e sanitário, de forma que o acesso seja a alimentos seguros e de qualidade, passando então a ser chamado de SAN.

No Brasil, a SAN consiste na “*realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis*” (Artigo 3º, Lei 11.346/2006 - LOSAN).

Apesar de terem sido observados muitos avanços no acesso a alimentos e redução da fome no país, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 apontou que aproximadamente 30% dos domicílios investigados apresentaram algum grau de insegurança alimentar (cerca de 65 milhões de pessoas) (BRASIL, 2010b).

b) Soberania Alimentar

Ao longo do tempo, outras características foram incorporadas ao conceito de SAN, como a soberania alimentar. A soberania alimentar está relacionada com a responsabilidade que cada país tem em organizar politicamente as formas utilizadas para garantir que o direito à SAN seja garantido em seus territórios. Considera-se que, nestas organizações, devem ser respeitadas as culturas alimentares dos povos e que o processo de garantia de direitos ocorra de forma sustentável - ambientalmente, economicamente e socialmente (BRASIL, 2013).

O conceito de soberania alimentar surgiu na década de 1900 a partir do movimento social de camponeses como resposta às políticas agrícolas neoliberais que se fortaleceram em todo o mundo a partir da década de 1980. Esse foi proposto como forma de ir contra os modelos vigentes de discussão acerca da insegurança alimentar na época, os quais propunham políticas de garantia de alimentos à população, sem considerar as formas de produção utilizadas. Os movimentos, coordenados mundialmente pela Via Campesina, criticavam esta abordagem pois ela favorece somente o modelo do agronegócio, em detrimento dos pequenos produtores (VIA CAMPESINA, 2003). Assim, sugerem um novo conceito, no qual a soberania alimentar é

“o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente

adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de defender os interesses e incluir as futuras gerações” (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, apud CAMPOS, 2006, p. 154-155).

As políticas neoliberais de exportação agrícola priorizam o comércio de alimentos em forma de *commodities*, em detrimento da alimentação dos povos. Acordos internacionais existentes permitem que algumas empresas tenham o controle mundial sobre o mercado da alimentação e até mesmo das sementes utilizadas. Estas, contribuem para a dependência dos povos às importações agrícolas e reforçam o uso extensivo de práticas industriais, as quais colocam em risco os patrimônios genéticos, culturais e o meio ambiente (VIA CAMPESINA, 2003).

Neste sentido, a soberania alimentar tem como princípios a priorização da produção agrícola para alimentação da população e o direito dos países em regular a produção de alimentos para evitar excedentes, assim como fixarem impostos para promover uma produção sustentável. Também tange o acesso dos camponeses à terra, insumos necessários para a produção de alimentos e o livre acesso às sementes e à água. Ainda, existe uma preocupação em se reconhecer o direito das agricultoras e o papel que desempenham na produção de alimentos (VIA CAMPESINA, 2003).

No Brasil, em dados publicados no ano de 2006, a maior parte do alimento consumido nacionalmente foi produzido pela agricultura familiar, ainda que estes agricultores ocupassem somente cerca de $\frac{1}{4}$ das terras destinadas à produção de alimentos no país - os outros $\frac{3}{4}$ ocupados pelo agronegócio. Apesar de a agricultura familiar contribuir de forma importante para a disponibilidade de alimentos no país, a maior parte dos incentivos de crédito ($\frac{4}{5}$ do total) são destinados ao agronegócio (BRASIL, 2006b).

A fim de promover a SAN de forma efetiva em um país, é necessário que este seja soberano quanto a alimentação e que sejam construídas políticas intersetoriais que visem o acesso e produção de alimentos de forma sustentável nos âmbitos social, econômico e ambiental. Além disso, deve-se visar uma prática agrícola voltada para alimentar sua população e que promova a saúde e autonomia dos agricultores. Dessa forma, é possível

atingir o objetivo de garantir que os indivíduos tenham acesso a alimentos de forma segura e permanente, e que tenham o seu direito humano à alimentação adequada garantido (BRASIL, 2013).

c) Direito Humano à Alimentação Adequada

O reconhecimento da alimentação enquanto um direito humano foi mencionado em 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). A garantia deste direito começa no combate à fome, mas não deve ser limitado a isso, pois a alimentação adequada engloba muitos aspectos além de uma recomendação mínima de energia e nutrientes (BRASIL, 2013). Os aspectos que a englobam são: diversidade; qualidade sanitária; adequação nutricional; ser livre de contaminantes; agrotóxicos e organismos geneticamente modificados; acesso a recursos financeiros e naturais; respeito e valorização da cultura alimentar regional; acesso à informação e realização de outros direitos (BRASIL, 2013).

A fim de considerar todos os fatores que influenciam a alimentação e como estes impactam na vida da população o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) propôs em 2007 um conceito ampliado para o DHAA:

“a alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo da vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados” (CONSEA, 2010; BRASIL, 2013).

Nas últimas décadas, diversos fatores contribuíram para que o Brasil avançasse em direção à realização do DHAA e saísse do “Mapa mundial da fome” em 2014, dentre eles: as mobilizações sociais; a inclusão da SAN na agenda do governo; os programas de

transferência de renda, como o Bolsa Família; o Programa Nacional de Alimentação Escolar; o apoio à agricultura familiar por meio de facilitação do acesso ao crédito e assistência técnica aos agricultores (FAO, 2014). O número de brasileiros em condição de subalimentação caiu 82% entre os anos de 2002 a 2013 (FAO, 2014).

Entretanto, dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018 indicaram que 10,3 milhões de brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar grave, o que coloca o país novamente no mapa da fome (BRASIL, 2019). Entre os anos de 2014 e 2018, o número de brasileiros vivendo abaixo do nível da extrema pobreza aumentou de 4,5 % para 6,5 %, ainda assim o número de famílias contempladas com o programa Bolsa Família não aumentou (AGÊNCIA IBGE, 2020). Este programa é um dos principais instrumentos de garantia ao acesso à alimentação à população mais pobre, além de propiciar uma maior ingestão de alimentos mais saudáveis, como os do grupo *in natura* e minimamente processados (MARTINS; MONTEIRO, 2016). Entretanto, no ano de 2019 foram excluídas do programa cerca de 1,5 milhão de famílias, como forma de proporcionar uma economia no orçamento do governo brasileiro (FACHIN; MACHADO, 2020).

As conquistas, supracitadas, ocorridas no início dos anos 2000 e que possibilitaram que importantes avanços quanto ao DHAA tenham ocorrido no Brasil foram fruto de uma forte mobilização social. Uma possível retomada dessas conquistas precisará passar novamente por estas mobilizações, a fim de que se convertam em uma agenda governamental. Uma das formas dos cidadãos participarem da gestão das políticas públicas e dos recursos investidos é o controle social (BRASIL, 20--). Dessa forma, é possível que os cidadãos possam lutar pela garantia de seus direitos, como o acesso à alimentação.

As ações de educação alimentar e nutricional (EAN) tem o potencial de criar espaços de compreensão e debate quanto a todos aspectos envolvidos desde a produção até o consumo dos alimentos. Assim, a EAN pode contribuir na formação de uma consciência crítica da população, ao se referir a alimentação enquanto um direito e propiciar discussões sobre estratégias para a garantia e realização do DHAA (SCHRAM; CARVALHO, 2007; BRASIL, 2012b).

d) Educação Alimentar e Nutricional

A EAN tem sido debatida desde a década de 40, porém com maior força nos anos 1990, devido ao reconhecimento da importância dos hábitos alimentares no desenvolvimento de DCNT (BRASIL, 2012b). A EAN pode ser definida como

“um campo de conhecimento de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar” (BRASIL, 2012b).

Ainda, é considerada uma das principais estratégias para prevenção e controle de agravos alimentares e nutricionais, além das DCNT. E tem como resultados potenciais a valorização das diferentes culturas alimentares, redução do desperdício de alimentos e a promoção de uma alimentação mais sustentável e saudável (BRASIL, 2012b).

No ano de 2012, foi elaborado de forma coletiva o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Este teve como objetivo fornecer orientações e promover reflexões quanto às iniciativas de EAN aos diferentes setores envolvidos no sistema alimentar, da produção ao consumo.

Segundo o Marco de EAN, as ações devem seguir os seguintes princípios estruturantes: a) sustentabilidade social, ambiental e econômica; b) abordagem do sistema alimentar, em sua integralidade; c) valorização da cultura alimentar e legitimação dos diferentes saberes; d) valorização da culinária como prática emancipatória; e) promoção do autocuidado e autonomia; f) educação permanente e promotora da autonomia, e da participação ativa e informada dos sujeitos; g) diversidade dos cenários de prática; h) intersetorialidade, uma corresponsabilização dos diferentes setores governamentais pela alimentação adequada e saudável; i) planejamento, avaliação e monitoramento das ações (BRASIL, 2012b).

Dentre as diferentes abordagens existentes para a prática de EAN, a horta é trazida como uma possibilidade devido suas diferentes potencialidades em englobar todos os princípios para as ações de EAN, citados acima. A horta promove uma participação ativa dos sujeitos, desde a etapa de escolha do que será plantado à manutenção dos canteiros. Além disso, é possível promover uma valorização da cultura alimentar local ao preferir

alimentos regionais e tradicionais das culturas alimentares dos sujeitos participantes (NEVES; DAMIANI, 2020). Ainda dentro dos princípios, a horta pode servir como uma forma de abordar os sistemas alimentares e a sustentabilidade social, ambiental e econômica - se for promovida de forma agroecológica (NEVES; DAMIANI, 2020).

2.2 HORTAS COMUNITÁRIAS

As hortas comunitárias são uma modalidade de agricultura urbana/periurbana. A agricultura urbana e periurbana pode ser entendida como um conceito multidimensional que envolve a produção de produtos agrícolas, como alimentos e plantas medicinais, para o consumo próprio, doação ou até mesmo comercialização. Essa produção deve ser realizada de forma sustentável ao aproveitar, e reaproveitar, os recursos naturais e humanos. As ações devem reconhecer e respeitar os saberes da população local, promover a equidade de gênero e serem organizadas por meio de processos participativos, de forma a contribuir para a qualidade de vida e sustentabilidade nos territórios onde estão inseridas (SANTANDREU; LOVO, 2007).

As hortas comunitárias costumavam partir do improviso e vontade de ocupação do tempo por parte da população envolvida. Porém, nos últimos anos essa atividade passou a adquirir algumas características, como um maior planejamento. Contudo, ainda mantém a sua potencialidade em ser um espaço de promoção da sustentabilidade nas cidades, ao gerar um aumento de espaços verdes, além de proporcionar um local de aprendizagem e relações intergeracionais de trocas, no qual é possível trazer em pauta uma maior consciência ambiental (SARAIVA, 2011).

Os benefícios das hortas comunitárias são descritos por diversos estudos, os quais apontam aspectos de caráter social, cultural e ambiental. O acesso a alimentos seguros, variados e saudáveis é um dos pontos mais citados em estudos realizados com utilizadores de hortas e também por instituições governamentais. O plantio local de alimentos de forma agroecológica permite que seja facilitado o acesso a uma maior variedade de produtos frescos e seguros nutricionalmente, contribuindo para a saúde das famílias (MACHADO & MACHADO, 2002; SARAIVA, 2011). Em estudo realizado em horta comunitária urbana em Santa Catarina, um dos principais benefícios apontados pelos utilizadores foi o incremento regular de alimentos frescos em suas refeições, o qual apontaram ter grande efeito em suas saúdes (FREDDI, 2015). Ao reduzir a distância entre o alimento e o

indivíduo, as hortas podem contribuir para uma maior segurança alimentar da população envolvida, principalmente em áreas de maior risco social - nas quais se nota a predominância de atividades agrícolas dentro da cidade (COUTINHO; COSTA, 2011; SARAIVA, 2011).

O estímulo à alimentação saudável deve ser baseado em práticas que valorizem a significação social e cultural dos alimentos, é fundamental que essas práticas considerem os aspectos comportamentais e afetivos da alimentação (PINHEIRO; RECINE; CARVALHO, 2005). Nesse sentido, outro benefício da horta comunitária, também relacionado à saúde, é a prática da agricultura como atividade terapêutica, pois possibilita a movimentação do corpo, interação social entre os participantes, momentos de lazer e é uma ocupação que estimula a criatividade (FREDDI, 2005).

Quanto às limitações, estudo realizado com participantes de hortas comunitárias verificou que as principais dificuldades encontradas são: falta de espaços, poucos recursos e insegurança ao frequentar o espaço (SARAIVA, 2011). Considerando-se os benefícios que a presença de hortas comunitárias pode trazer para a comunidade e espaço urbano, e com o intuito de facilitar a manutenção dessas práticas, é importante que existam incentivos para esse fim.

2.2.1 Incentivos à horta comunitária em Florianópolis

Em Florianópolis, no ano de 2017, foi estabelecido o Programa Municipal de Agricultura Urbana (PMAU), o qual teve seu decreto atualizado no ano de 2020 e instituiu o nome “Cultiva Floripa” (FLORIANÓPOLIS, 2020). Este tem como objetivo promover práticas de produção, extrativismo, coleta, comercialização e transformação de forma agroecológica, eficiente e sustentável. As ações do programa visam uma melhoria na alimentação e saúde da população, promoção do lazer, saneamento adequado, educação ambiental, geração de empregos, agroecoturismo, além de uma valorização da cultura tradicional por meio das interações comunitárias (FLORIANÓPOLIS, 2020).

A gestão do PMAU ocorre de forma compartilhada pelos seguintes órgãos da administração direta da cidade: Superintendência da Pesca, Maricultura e Agricultura, Autarquia Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde. Entretanto, segundo o decreto, entidades privadas também podem participar de diferentes etapas da implementação do programa, como na: infraestrutura, assistência

técnica, educação permanente, fornecimento de insumos e organização dos processos de trabalho (FLORIANÓPOLIS, 2020).

Dentre as prioridades do programa estão: o estímulo ao cultivo de hortas urbanas em espaços comunitários e institucionais (como parques, escolas, Centros de Saúde), incentivo a agricultura urbana e associativismo comunitário, compostagem de resíduos sólidos orgânicos e desenvolvimento de atividades terapêuticas e pedagógicas para a população (FLORIANÓPOLIS, 2020).

Considerando-se que o ponto fundamental que promoverá a criação e manutenção das hortas urbanas é a participação comunitária, destaca-se a importância de se estimular a participação popular nesses espaços e ações (CHAVES et al, 2015). Além da vontade de participar e contribuir com a continuidade da horta, é necessário que os indivíduos tenham acesso aos conhecimentos necessários para o manejo adequado das plantas e, conseqüentemente, desfrutar das colheitas. A transmissão do conhecimento acerca das plantas ocorre principalmente pela oralidade, pelo compartilhamento de saberes entre indivíduos (AMOROZO, 2002). No contexto atual de distanciamento social devido à pandemia do COVID-19, a utilização de ferramentas pedagógicas digitais tem se destacado devido seu potencial em tornar viável o processo educativo mesmo em uma situação de distanciamento social (OPAS, 2021).

2.3 VÍDEOS COMO FERRAMENTAS EDUCATIVAS

Dentre as diversas ferramentas educativas existentes, a utilização de recursos audiovisuais, como os vídeos, tem se destacado nos últimos anos em estudos sobre novas tecnologias de educação - inclusive naqueles voltados para abordagens dentro da saúde (FLEMING; REYNOLDS; WALLACE, 2009; SALVADOR et al, 2012; NIETSCHKE et al, 2012; MOREIRA et al, 2013; RODRIGUES JUNIOR et al, 2017).

A utilização de vídeos educativos permite que seja despertada uma curiosidade e maior atenção quanto aos temas abordados, além de serem ferramentas versáteis e estratégias eficientes para ações de promoção de saúde, desenvolvimento de habilidades e favorecimento da autonomia (RODRIGUES JUNIOR et al, 2017). Por meio desses recursos, é possível fornecer as informações necessárias para a compreensão e formação de opiniões críticas quanto às diferentes temáticas - o que pode estimular nos indivíduos uma postura ativa de transformação dos ambientes nos quais estão inseridos (RODRIGUES JUNIOR et al, 2017).

Além de fortalecer a conexão entre a teoria e a prática (GOMEZ; SHERIN; GRIESDORN; FINN, 2008), os vídeos educativos permitem um aprendizado mais fácil, rápido e permanente ao estimular diferentes sentidos do corpo humano. Alguns outros benefícios de utilizar esta ferramenta é a possibilidade de personalização do aprendizado, pois permite que os indivíduos aprendam no seu próprio ritmo - ao escolher a velocidade de reprodução e pausas, quando necessário para um maior entendimento.

A utilização de cenas e materiais locais na produção dos vídeos, desperta uma familiaridade nos indivíduos o que pode prover o contexto e reconhecimento necessários para uma melhor compreensão das informações repassadas (ASHAVER, 2013). Portanto, a elaboração de vídeos em contextos conhecidos pelos indivíduos - como em hortas comunitárias de sua cidade e com atores sociais populares - têm o potencial de contribuir para o aprendizado quanto a essa temática.

No Brasil, o acesso à internet ainda não ocorre de forma homogênea na população, entretanto tem aumentado nos últimos anos, principalmente por meio da utilização do celular. Atualmente, 75% dos residentes da Região Sul utilizam a internet, e dentre esses, 74% relataram que a principal atividade realizada foi a visualização de vídeos. Considerando-se esses dados e que 47% dos brasileiros relataram buscar informações sobre saúde na internet, a divulgação de materiais educativos de forma *online* pode ser uma forma eficiente de transmissão de conhecimento (CETIC, 2019).

3 METODOLOGIA

3.1 INSERÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo foi elaborado durante o último ano de residência no Centro de Saúde do Rio Vermelho, como um Trabalho de Conclusão de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (REMULTISF) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O interesse pelo tema surgiu desde o primeiro ano do curso, a partir das vivências no grupo Mãos à Horta Comunitária.

Apesar de existirem algumas iniciativas municipais para a implementação de hortas comunitárias em espaços institucionais, como nos Centros de Saúde, a participação de profissionais da saúde e usuários ainda é pequena e intermitente - o que já levou ao término de alguns projetos de horta em outros Centros de Saúde, segundo relatos. A fim de estimular a presença de voluntários nesses espaços, as residentes vinculadas à REMULTISF atuantes no Centro de Saúde do Rio Vermelho em parceria com usuárias com experiência em plantio e manejo de plantas realizaram diferentes oficinas no ano de 2019 no grupo terapêutico intitulado “Mãos à Horta Comunitária”.

O objetivo dessas oficinas era compartilhar conhecimentos básicos para estimular os participantes a se sentirem seguros de que possuíam as informações e habilidades necessárias para participarem ativamente dos espaços - pois eram frequentes os relatos de que havia o interesse em se voluntariar porém não sentiam que tinham as competências para isso. Foram realizadas oficinas sobre plantio, podas, manutenção da horta, utilização de plantas medicinais e culinária com Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs). Além dos encontros semanais do grupo, nos quais eram realizadas a manutenção da horta e ações, como doação de mudas e materiais educativos sobre utilização das plantas.

Considerando-se o potencial das hortas comunitárias em trazer benefícios tanto para a cidade quanto para a população, como citados anteriormente, este trabalho visou contribuir de forma prática ao fornecer materiais educativos que possam servir como estímulo a uma maior participação popular nas hortas comunitárias de Florianópolis.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo de desenvolvimento de tecnologia educativa audiovisual. Optou-se pelo desenvolvimento de vídeos por suas características de tornar o aprendizado mais fácil,

permanente, rápido e pelo interesse que os brasileiros têm apresentado por essa ferramenta (ASHAVER, 2013; CETIC, 2019).

3.3 ETAPAS DO ESTUDO

3.3.1 Levantamento de materiais educativos destinados à implementação e manutenção de hortas comunitárias em Florianópolis

A primeira etapa do estudo consistiu em uma pesquisa nos principais sítios eletrônicos de busca e plataforma de compartilhamento de vídeos. Esta busca teve como finalidade identificar a existência de materiais educativos que abordassem a temática de elaboração de manutenção de hortas comunitárias, tanto em forma de cartilha escrita ou vídeos. Na busca foram utilizadas diferentes combinações das seguintes palavras: material educativo/cartilha/manual/guia e horta/horta comunitária. Inicialmente, foi realizada essa busca de forma mais abrangente e a partir dos achados, verificou-se se haviam materiais educativos específicos para Florianópolis.

3.3.2 Contato com participantes das ações de agricultura urbana em Florianópolis e identificação de conteúdos relevantes para inclusão no material audiovisual

A partir da primeira etapa, de identificação de outros materiais já disponíveis, e vivência nas atividades relativas às hortas durante a residência, foram identificados quais seriam os conteúdos de maior relevância a fim de abranger os elementos necessários para a estruturação e manutenção de uma horta comunitária em Florianópolis.

A fim de verificar o interesse em participar da gravação dos vídeos educativos e contribuição com os conteúdos a serem abordados, entrou-se em contato com grupos envolvidos com agricultura urbana e hortas comunitárias de diferentes bairros da cidade. Procurou-se abranger indivíduos com formações e atuações distintas, como os trabalhadores envolvidos no Programa Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis (Cultiva Floripa), voluntários no manejo de hortas comunitárias (Campeche, Córrego Grande, Lagoa da Conceição, Rio Vermelho), multiplicadores de conhecimentos sobre plantas e hortas urbanas de Florianópolis, além dos membros do núcleo de Agroecologia da UFSC. Dessa forma, foi possível explorar os diferentes saberes presentes em alguns dos grupos que atuam na cidade, tanto os científicos quanto os populares. Além da revisão de

literatura e conversa com mobilizadores, também foi considerada a experiência prévia da residente - como as principais dúvidas identificadas nas oficinas do grupo “Mãos à Horta Comunitária”.

3.3.3 Elaboração dos materiais audiovisuais educativos: do roteiro à edição

A elaboração dos materiais audiovisuais seguiu as três fases indicadas por Fleming, Reynolds e Wallace (2009): pré-produção, produção e pós-produção.

a) Pré-produção: preparação e planejamento dos vídeos.

Esta etapa contou com a revisão de literatura e de instrutivos já disponíveis sobre quais temas eram de relevância para serem abordados nos materiais. Além da revisão de literatura e materiais, também foi considerada a experiência prévia da residente - como as principais dúvidas identificadas nas oficinas do grupo “Mãos à Horta” e palestras sobre a temática, e as sugestões dos mobilizadores convidados.

Após, a residente responsável elaborou os roteiros de determinadas seções dos vídeos, em cenas nas quais ela mesma faria a apresentação do projeto de vídeos, dos convidados e a introdução teórica sobre as temáticas tratadas. Portanto, não foram elaborados roteiros para as cenas dos convidados.

Além disso, foi realizado o planejamento das cenas que seriam exibidas, de forma a apresentar de forma didática e de fácil compreensão as informações desejadas e possibilitar o planejamento das filmagens com os diferentes atores.

b) Produção: gravação dos vídeos

Nesta etapa foram filmadas as cenas planejadas durante a pré-produção. As filmagens foram feitas em diferentes bairros de Florianópolis de forma a divulgar, além dos conteúdos dos vídeos, os espaços em que se promove a agricultura urbana na cidade. As gravações ocorreram em dia e local de escolha dos participantes. Previamente, combinou-se quais temas seriam abordados. Entretanto, não foi fornecido um roteiro prévio a esses, de forma que tivessem autonomia para repassar seus conhecimentos como se sentissem mais confortáveis.

A gravação dos vídeos foi realizada pela própria residente, a captação das imagens e áudio foram realizadas por meio das câmeras Canon EOS 6D e GoPro HERO 7 Black.

c) Pós-produção: edição do material

A terceira e última fase de elaboração dos vídeos foi na qual se organizou e editou todas as cenas filmadas na etapa de produção. As músicas utilizadas na trilha sonora são de uso livre e gratuitas, as devidas referências foram realizadas na publicação dos vídeos. A edição foi realizada no programa VEGAS Pro 17.

3.3.4 Disponibilização e divulgação dos materiais audiovisuais

Após a elaboração dos materiais, os vídeos foram publicados na plataforma de compartilhamento Youtube a fim de serem disponibilizados de forma gratuita e de fácil acesso à população. A fim de divulgar o material elaborado, entrou-se em contato via e-mail com as coordenações dos Centros de Saúde para que o projeto fosse apresentado e divulgado para profissionais e usuários participantes de projetos de hortas comunitárias ou com interesse em participar desses grupos, além de aprender sobre cuidados no manejo de plantas.

4 RESULTADOS

4.1 REVISÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS

Na busca inicial, não foram encontrados materiais educativos, referentes à hortas comunitárias, específicos para a cidade de Florianópolis. Entretanto, verificou-se a existência de manuais escritos sobre a temática não específicos para a cidade, os quais foram utilizados como base para a identificação de temas relevantes e elaboração dos roteiros dos vídeos (CLEMENTE; HABER, 2012; CHAVES et al, 2015; BRASIL, 2018).

4.2 ELABORAÇÃO DOS ROTEIROS

A partir das buscas de materiais pré-existentes, contato com mobilizadores de ações de agricultura urbana na cidade e experiência prévia em atividades em hortas comunitárias, foram elaborados os roteiros da seção do vídeo apresentada pela própria residente. Os roteiros foram redigidos de acordo com a escolha e divisão dos conteúdos dos vídeos: 1) “Por que fazer uma horta comunitária e por onde começar?”; 2) Escolha das plantas; 3) Preparo do solo e plantio; 4) Propagação; 5) Controle de pragas e doenças; e 6) Compostagem. Visou-se que estes fornecessem de forma educativa, de fácil compreensão, as informações mais relevantes sobre o tema. Quando possível, buscou-se trazer além das informações gerais, características específicas de Florianópolis - de forma a aproximar os indivíduos das ações já existentes na cidade e também fornecer informações que não constam nos materiais existentes encontrados na internet.

Quadro 1: Pré-produção do vídeo 1 - Por que fazer uma horta comunitária e por onde começar?

Roteiro das falas	Participante
<p>Olá! Eu me chamo Tânia Prado, sou nutricionista e residente em saúde da família em Florianópolis e esse é o primeiro vídeo de nossa série sobre hortas comunitárias. Essa série de vídeos tem a intenção de fornecer dicas práticas sobre a implantação e manutenção de uma horta. Lembrando sempre que existem diversas técnicas disponíveis que podem ser adequadas de acordo com o local, assim como os saberes de cada população. O importante é que consigamos atingir nosso objetivo: plantar, colher e compartilhar - alimentos, plantas medicinais e conhecimentos.</p> <p>Para começar, vamos falar sobre o porquê de fazermos uma horta em nossa comunidade. Os benefícios são muitos, tanto sociais, culturais quanto ambientais. Participar de uma horta comunitária permite que tenhamos um maior acesso a alimentos frescos, saudáveis e sem agrotóxicos. Além disso, o cuidado com a horta e trabalho em grupo promove uma movimentação do corpo, interação social, estimula a criatividade e pode ser um ótimo momento de lazer. Já para nossa cidade, a horta pode servir como uma boa forma de transformarmos espaços urbanos ociosos em áreas verdes.</p> <p>Para iniciar uma horta você vai precisar de: voluntários, algumas ferramentas e um espaço. Para começar uma horta, busque em seu bairro pessoas interessadas em participar desse projeto. Você pode buscar voluntários em grupos de redes sociais, nas escolas, centros de saúde ou centros comunitários, por exemplo. Converse com essas pessoas e decidam qual a melhor forma de divisão do trabalho, como: mutirões, grupos de trabalho para as diferentes funções. Também é interessante que se discuta como funcionará a colheita e plantio. Além de quais ferramentas serão necessárias e se os membros do grupo já possuem algumas delas, como enxadas, pás, além de mangueiras e luvas. Quanto ao espaço, é possível criar uma horta em espaços pequenos e fechados, como em condomínios, assim como em pátios de escolas, centros de saúde, centros comunitários e praças. Observe se em seu bairro existe algum espaço público que não está sendo utilizado, quem sabe seja um bom local para iniciar uma horta! Para escolher o local é importante que consideremos alguns fatores que favorecem o desenvolvimento das plantas, como: exposição ao sol - busque espaços que tenham ao menos de 4 a 6 horas diárias de luz solar; fontes de água para irrigação - uma maior proximidade pode facilitar o trabalho; ventilação - procure espaços abertos e bem ventilados. Observe também se a presença de alguns fatores que podem limitar o crescimento, como: se a área é sujeita a alagamentos, como aquelas próximas a córregos e mangues; e se existem muitas árvores no local, procure evitar terrenos com muitas árvores para que não ocorra uma disputa de nutrientes entre as plantas e longos períodos de sombra durante o dia. Após a decisão, busque os responsáveis por esses locais e faça a proposta.</p> <p>No próximo vídeo iremos falar sobre a escolha das plantas a serem cultivadas em nossa horta, sobre PANCs e consórcios.</p>	Tânia

Quadro 2: Pré-produção do vídeo 2 - *Escolha das plantas*

Roteiro das falas	Participante
<p>Olá, meu nome é Tânia Prado, sou nutricionista residente em Saúde da Família e esse é mais um vídeo da nossa série sobre hortas comunitárias. No vídeo anterior falamos sobre a importância das hortas comunitárias e os primeiros passos para começar. Hoje iremos falar sobre a escolha dos cultivos a serem plantados em nossa horta.</p> <p>Ao escolhermos quais espécies plantaremos, é importante que observemos quais são adaptadas às condições climáticas da nossa cidade. Para conferir essas informações você pode fazer a busca em livros, na internet e também conversar com pessoas do seu bairro, escola, Centro de Saúde que estejam acostumadas a realizar o plantio. Dessa forma, você pode conhecer os melhores cultivos para a região, modos de propagação e também sobre algumas plantas nativas que muitas vezes não são abordadas nas mídias tradicionais.</p> <p>Um exemplo são as Plantas Alimentícias Não Convencionais, as PANCS, plantas que podem ser utilizadas em nossa alimentação, porém não são produzidas em grande escala. Muitas delas eram consumidas, mas devido a diversos motivos, o conhecimento sobre essas plantas foi se perdendo. Um bom motivo para cultivarmos as PANCS é que muitas delas podem ocupar espaços sem muito sol e em solos poucos férteis. Além disso, podem contribuir muito na diversificação da nossa alimentação, resultando em um maior consumo de nutrientes. Alguns exemplos bem conhecidos em nossa região são: o ora pro nobis, a capuchinha, e a erva baleeira, azedinha, e a beldroega.</p>	Tânia
Vídeo sobre PANCS	Estagiários Andrey e Juliana do Núcleo de Agroecologia da UFSC
<p>Outro fator importante a ser observado é a época do plantio, ao cultivarmos uma planta fora de seu período ideal é possível que ela fique mais sujeita a pragas e doenças. Alguns exemplos de plantas para serem plantadas em temperaturas amenas e períodos mais secos, como no inverno: brócolis, couve, alface, cenoura, mandioquinha, tomate. Já nos climas mais quentes, algumas plantas que podem ser melhor cultivadas são o milho, a mandioca, berinjela, as abóboras. Uma boa estratégia de aproveitamento do espaço e recursos disponíveis é o plantio de plantas companheiras, os consórcios, que se plantadas próximas beneficiam umas às outras. Alguns exemplos são: a cenoura e a rúcula, a cebolinha e a salsa, o espinafre e a couve, a mandioca e o feijão ou abóbora, o milho e o feijão, a alface e o brócolis.</p>	Tânia
Vídeo sobre consórcio de plantas	Estagiários Andrey e Juliana do Núcleo de Agroecologia da UFSC
No próximo vídeo iremos aprender a preparar o solo e a importância de uma boa adubação. Até mais!	

Quadro 3: Pré-produção do vídeo 3 - *Preparo do solo e plantio*

Roteiro das falas	Participante
<p>Olá, meu nome é Tânia Prado, sou nutricionista residente em Saúde da Família e esse é mais um vídeo da nossa série sobre hortas comunitárias. No vídeo anterior falamos sobre a escolha das plantas a serem cultivadas em nossa horta, PANCs e consórcios. Hoje vamos falar sobre o solo.</p> <p>Para a agricultura ecológica, o solo é um organismo vivo e dinâmico. No plantio, dependemos dele para que ocorra a fixação das raízes e o fornecimento de nutrientes essenciais para as plantas. Além disso, ele serve como morada para muitos animais, como as minhocas e formigas.</p> <p>Para um bom aproveitamento do espaço de plantio, é importante que observemos duas características no solo: se ele permite uma boa penetração das raízes e se é capaz de fornecer nutrientes, água e ar de forma equilibrada para as plantas que iremos cultivar. Em Florianópolis, a maior parte do solo é do tipo argilosolo, um solo que não possui boa fertilidade, por isso é tão importante que façamos uma boa adubação.</p> <p>Uma boa adubação permite que as plantas estejam bem nutridas, o que contribui para o bom crescimento e controle de doenças. Para fazer a adubação podemos utilizar: compostos provenientes de composteiras, biofertilizantes, torta de mamona, a adubação verde com plantas da família das leguminosas, esterco animal.</p> <p>Hoje vamos aprender com o Ataíde, voluntário da horta comunitária do Parque Cultural do Campeche (PACUCA) sobre como podemos preparar um canteiro elevado para o plantio.</p>	Tânia
Vídeo sobre preparo do solo	Ataíde - horta do PACUCA
O canteiro elevado é uma opção, mas também podemos fazer de forma mais simples, plantando diretamente no solo. Como vamos ver agora com a equipe do Núcleo de Agroecologia da UFSC como realizar esse tipo de plantio.	Tânia
Vídeo sobre plantio	Estagiários Andrey e Juliana do Núcleo de Agroecologia da UFSC
No próximo vídeo iremos aprender sobre algumas formas de propagação das plantas e como fazer mudas. Até mais!	Tânia

Quadro 4: Pré-produção do vídeo 4 - *Propagação*

Roteiro das falas	Participante
<p>Olá, meu nome é Tânia Prado, sou nutricionista residente em Saúde da Família e esse é mais um vídeo da nossa série sobre hortas comunitárias. No vídeo anterior falamos sobre a escolha dos cultivos da nossa horta. Hoje iremos falar sobre a propagação, ou seja, como as plantas podem ser multiplicadas.</p> <p>Para termos um bom plantio, é importante que o material que utilizamos seja obtido de plantas sem sintomas de infestação ou pragas. Fique atento para alterações na cor das folhas, pois isso pode sugerir que a planta possui alguma deficiência de nutrientes ou doenças. A presença de doenças nas plantas pode até mesmo alterar sua composição química, portanto, é fundamental que busquemos plantas de qualidade.</p> <p>Grande parte das vezes a propagação é feita por sementes, tanto por meio de produção de mudas em sementeiras quanto por plantio direto. Ao utilizarmos sementes, teremos uma maior variabilidade nas características das plantas, como no seu crescimento, resistência à pragas e doenças e concentração de princípios ativos.</p> <p>É interessante utilizar as sementeiras quando as sementes são muito pequenas, têm baixo poder de germinação, demoram muitos dias para germinar e necessitam de condições mais controladas, como sombreamento e irrigação constante.</p> <p>Para uma boa produção de mudas, procure utilizar um solo fértil nas sementeiras. Você pode adicionar pó de coco ao substrato, o que ajuda tanto na textura quanto na nutrição do solo.</p> <p>O plantio também pode ser feito a partir de partes das plantas, como o caule, ramos, raízes/estacas, rebentos e folhas. Ao produzirmos mudas dessa forma, é possível reduzir o tempo necessário de desenvolvimento de muitas espécies de plantas. Também preferimos utilizar esse método quando estamos lidando com plantas que não produzem sementes viáveis em nossa região, pois essa produção é influenciada por diversos fatores como latitude, temperatura, água e nutrição do solo. Nesse caso, não teremos uma variação no crescimento e resistência, como quando utilizamos a propagação por meio de sementes.</p> <p>Para esse vídeo, convidamos o Alesio, grande conhecedor de plantas medicinais de Florianópolis, para falar um pouco sobre a produção de mudas.</p>	Tânia
Vídeo sobre mudas	Alesio
No próximo vídeo iremos aprender sobre algumas formas de propagação das plantas e como fazer mudas. Até mais!	Tânia

Quadro 5: Pré-produção do vídeo 5 - *Controle de pragas e doenças*

Roteiro das falas	Participante
<p>Olá, meu nome é Tânia Prado, sou nutricionista residente em Saúde da Família e esse é mais um vídeo da nossa série sobre hortas comunitárias. No vídeo anterior falamos um pouco sobre os métodos de propagação das plantas. Hoje vamos falar sobre o controle de pragas e doenças que podem surgir em nossas hortas.</p> <p>Essas visitas indesejadas podem estar relacionadas a algum desequilíbrio nutricional ou até mesmo a um ambiente e condições climáticas inadequadas. Mas não se preocupe, temos algumas estratégias que podemos adotar para deixar nossas plantas mais saudáveis sem abrir mão do plantio orgânico, ou seja, livre de venenos.</p> <p>A dica número 1 é: colocar a mão na terra. Ao fazermos o manejo frequente de nossa horta é possível que identifiquemos pragas e plantas doentes antes que se espalhem por todo nosso cultivo. Se você encontrar uma planta infectada, retire ela do canteiro para evitar que se alastre. Além disso, ao adubarmos, regarmos e manter a cobertura vegetal vamos deixar nossas plantas mais nutridas e protegidas contra essas condições.</p> <p>Dica 2: cuidado na irrigação. Prefira regar as plantas pela manhã, dessa forma você evita perder a água pela evaporação dos horários mais quentes do dia e também permite que a água seja absorvida pelas plantas ao longo do dia - evitando a proliferação de fungos no período noturno devido à alta umidade.</p> <p>Dica 3: Plantio de repelentes. Algumas plantas são repelentes naturais de pragas, como a citronela, hortelã e outras ervas aromáticas. Essas podem ser plantadas ao longo de nossos canteiros para proteger as hortaliças.</p> <p>Dica 4: Escolha com atenção as plantas que serão cultivadas e a época propícia para o plantio. Se a planta estiver em condições climáticas adequadas para um crescimento saudável estará menos suscetível ao desenvolvimento de doenças e pragas.</p> <p>Dica 5: Utilize preparados biofertilizantes e repelentes naturais. Confira na descrição do vídeo algumas receitas de preparados naturais que podem ser utilizados em sua horta.</p> <p>Hoje vamos conferir quais preparados são utilizados na horta da fazenda experimental da UFSC com o Edaciano, do núcleo de Agroecologia.</p>	Tânia
Vídeo sobre preparados para controle de pragas	Edaciano do Núcleo de Agroecologia da UFSC
No próximo vídeo iremos falar sobre compostagem. Até mais!	Tânia

Quadro 6: Pré-produção do vídeo 6 - *Compostagem*

Roteiro das falas	Participante
<p>Olá, meu nome é Tânia Prado, sou nutricionista residente em Saúde da Família e esse é mais um vídeo da nossa série sobre hortas comunitárias. No vídeo anterior falamos um pouco sobre o controle de pragas e doenças que podem surgir em nossas hortas. Hoje vamos falar sobre a compostagem dos resíduos orgânicos.</p> <p>Mas antes de começarmos, você sabe a diferença entre o rejeito e o resíduo orgânico?</p> <p>O rejeito é aquele material que não possui nenhuma possibilidade de reaproveitamento ou reciclagem, como papéis engordurados, bitucas de cigarro, embalagens metalizadas, espumas, dentre outros.</p> <p>Os resíduos orgânicos são restos de comidas, cruas ou cozidas, podas, folhas e até mesmo esterco de animais - os quais podem ser destinados à compostagem.</p> <p>Os orgânicos representam cerca de 50% dos resíduos urbanos gerados no Brasil, e a maioria das cidades não explora todos os potenciais da compostagem - geralmente destinando estes resíduos para os aterros sanitários. Destinar esses materiais para os aterros além de ser um desperdício econômico, cerca de 12 milhões de reais ao ano somente em Florianópolis, está em desacordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que prevê que somente os rejeitos devem seguir para estes locais.</p> <p>Além de evitar o desperdício de dinheiro, a compostagem permite que esses resíduos sejam destinados de forma ambientalmente adequada, e também pode fornecer um composto orgânico de alta qualidade para nossas hortas urbanas - o que contribui para o aumento da biodiversidade, da segurança alimentar e do surgimento de cidades mais verdes.</p> <p>Existem algumas técnicas de compostagem que podem ser utilizadas, hoje iremos aprender com o Ataíde, voluntário da horta do Campeche sobre as composteiras em leiras.</p>	Tânia
Vídeo sobre compostagem	Ataíde - horta do PACUCA
Atualmente, em Florianópolis, existem diversas iniciativas de compostagem, como a Revolução dos Baldinhos, no Monte Cristo, no PACUCA - Campeche, no Parque Ecológico do Córrego Grande, entre outras. Confira se o seu bairro já foi contemplado, e se não, que tal começar uma ?	Tânia

4.3 GRAVAÇÃO DOS VÍDEOS

Ao final, participaram das gravações: um voluntário da horta comunitária do Campeche, três integrantes do Núcleo de Agroecologia da UFSC e um especialista em saberes científicos e populares de plantas medicinais de Florianópolis.

O futuro Parque Cultural do Campeche (PACUCA) abriga uma horta comunitária desde meados de 2015. A horta é referência no bairro e na cidade devido ao volume de produção de hortaliças e frutas, projeto de compostagem e ações de EAN com escolares. A maior parte da produção é voltada para entidades assistenciais, entretanto os voluntários e visitantes também podem usufruir das colheitas. Para a gravação dos vídeos sobre compostagem e preparo do solo, contou-se com a participação do voluntário Ataíde Silva, morador do bairro e ativista comunitário (JORNAL DO CAMPECHE, 2016).

As gravações realizadas com os integrantes do Núcleo de Agroecologia da UFSC foram feitas na Fazenda Experimental da Ressacada, localizada na Tapera, a qual é utilizada como suporte para as disciplinas dos cursos de Agronomia, Engenharia de Aquicultura e Zootecnia. O local permite que os acadêmicos conheçam as práticas da produção vegetal e animal, manejo de solo, planejamento rural, dentre outras (FAZENDA EXPERIMENTAL DA RESSACADA, 20--). No setor do Núcleo de Agroecologia, existe o projeto Plantio Agroecológico Solidário, parceria entre diferentes grupos que visa produzir e distribuir alimentos em Florianópolis durante a pandemia do COVID-19. Somente no ano de 2020, foram distribuídas mais de duas toneladas de alimentos para pessoas em situação de rua e em vulnerabilidade socioeconômica (REINHOLZ; FERREIRA, 2020). Três membros do Núcleo participaram das filmagens: Andrey, Edaciano e Juliana. Estes contribuíram com conhecimentos sobre plantio direto, preparados para pragas e doenças, PANCs e consórcio de plantas.

Para o vídeo de preparo de mudas, contou-se com a participação do Alésio dos Santos, ambientalista reconhecido por seus conhecimentos acerca das plantas medicinais. Há mais de 40 anos dissemina seus conhecimentos por meio de oficinas gratuitas, além de ter participado da criação de hortas em hospitais, escolas, centros de saúde e parques de 245 municípios catarinenses.

Os temas abordados estavam dentro daqueles planejados previamente, com base na revisão de literatura e decisão entre os participantes e residente responsável pelo trabalho. Todavia, também foram trazidas espontaneamente novas temáticas durante as filmagens.

4.4 EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS VÍDEOS

A edição dos vídeos foi realizada por meio do software Vegas Pro 18.0. Os vídeos tiveram uma média de seis minutos. Após a edição, a série de vídeos foi publicada na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube no canal intitulado “Semeando Saberes”. Todos os vídeos podem ser acessados no seguinte link: “<https://www.youtube.com/channel/UCgzHU-pveJsXtP-2RYzXSrQ>”.



Figura 1: Capa do vídeo 1 – “Por que fazer uma horta e por onde começar?”



Figura 2: Capa do vídeo 2 – “Escolha das plantas”



Figura 3: Capa do vídeo 3 – “Preparo do solo e plantio”



Figura 4: Capa do vídeo 4 – “Propagação das plantas”



Figura 5: Capa do vídeo 5 – “Controle de pragas e doenças das plantas”



Figura 6: Capa do vídeo 6 – “Compostagem de resíduos orgânicos”

5 DISCUSSÃO

Este estudo visou a construção de material educativo audiovisual para estruturação e manutenção de hortas comunitárias em Florianópolis. Essa construção seguiu as etapas descritas por Fleming, Reynolds e Wallace (2009): pré-produção, produção e pós-produção. Essas contaram com revisão da literatura científica e mídias digitais, contato com membros atuantes em ações de promoção da agricultura urbana na cidade, gravação e edição dos vídeos - que aliaram os conteúdos teóricos e saberes populares encontrados durante a trajetória da residente. Foi elaborada uma série de seis vídeos educativos com as seguintes temáticas: 1) “Por que fazer uma horta comunitária e por onde começar?”; 2) Escolha das plantas; 3) Preparo do solo e plantio; 4) Propagação; 5) Controle de pragas e doenças; e 6) Compostagem.

Durante a etapa de pré-produção, procurou-se em sítios eletrônicos de busca a existência de materiais educativos para a elaboração e manutenção de hortas comunitárias em Florianópolis. Apesar de não terem sido encontrados instrumentos específicos para os moradores da cidade, foram identificadas três cartilhas escritas sobre o manejo de hortas (CLEMENTE; HABER, 2012; CHAVES et al, 2015; BRASIL, 2018).

A busca de materiais específicos para a cidade teve o intuito de visualizar o estado da arte sobre o assunto em Florianópolis. Entretanto, entende-se que a utilização de cartilhas destinadas a outras cidades possam ser utilizadas de forma satisfatória para o estudo de técnicas básicas do cultivo de plantas. Com o intuito de tornar o material mais específico para os moradores de Florianópolis, buscou-se adicionar ao roteiro informações referentes às ações locais relacionadas à agricultura urbana, plantas nativas e comumente encontradas, além de especificidades sobre o plantio e uso do solo em nosso município. Segundo Ashaver (2013), ao exibirmos cenas que despertam alguma familiaridade nos indivíduos o aprendizado se torna mais facilitado - pois este reconhecimento permite uma maior assimilação das informações apresentadas.

A fim de tornar o material mais atrativo, de fácil compreensão, sem necessidade de leitura e com intenção de ser disponibilizado em meios altamente utilizados atualmente (redes sociais), o material foi elaborado no formato de vídeo - ferramenta bem aceita por grande parte da população brasileira (CETIC, 2019). A série de vídeos, além de servir como um material de educação, também pode auxiliar a estimular a criação desses espaços potenciais para ações de EAN, considerando-se que as hortas comunitárias têm a

possibilidade de abranger todos os princípios estruturantes dessas ações - conforme indicado pelo Marco de EAN (BRASIL, 2012b).

A horta comunitária pode ser aproveitada como um espaço rico para a promoção de ações de EAN, ao integrar os diferentes saberes, indivíduos e até mesmo setores públicos - como a saúde e a educação. Dentre as estratégias da Agenda Pública de EAN brasileira, estão a atuação multiprofissional e transdisciplinar; valorização do saber popular e promoção de uma alimentação saudável e adequada que respeite as especificidades regionais e culturais (BRASIL, 2012b) - exemplos que são observados nas ações de hortas comunitárias na cidade, como aquelas presentes nas unidades básicas de saúde frequentadas durante o período da residência.

O campo de conhecimento da EAN, além de visar promover a prática de hábitos alimentares saudáveis, também prevê o uso de abordagens problematizadoras e ativas que favoreçam o diálogo junto à população acerca dos fatores que podem influenciar no comportamento alimentar - como aqueles de aspecto econômico, político e social (BRASIL, 2012b). Diversos estudos demonstraram a influência dos ambientes alimentares no comportamento alimentar dos indivíduos, desde o nível macro - ações governamentais - ao micro - a disponibilidade e acessibilidade dos alimentos (CULLEN et al., 2009; KRUKOWSKI, HARVEY-BERINO e WEST, 2010; LASKA et al., 2010; KEGLER et al., 2014; GREEN; GLANZ, 2015; SHIER, NICOSIA e DATAR, 2016).

O ambiente alimentar pode ser descrito como uma entidade dinâmica, onde os processos socioeconômicos promovem variações no acesso aos alimentos ao longo do tempo (WIDENER, METCALF, BAR-YAM; 2011). Nesse contexto, estudos relativos aos ambientes alimentares comunitários apontam que os bairros são fatores importantes na determinação dos comportamentos alimentares dos indivíduos (LYTLE, 2009). Considerando-se que uma maior disponibilidade de alimentos *in natura* no ambiente leva a uma maior ingestão (ROSENKRANZ; DZEWALTOWSKI, 2008), ações de base comunitária, como as hortas, que promovam um maior acesso a alimentos seguros, frescos e variados são importantes para a promoção de uma alimentação adequada (MACHADO & MACHADO, 2002; FREDDI, 2015).

No Brasil, tem-se observado uma modificação do padrão alimentar nas últimas décadas. Verificou-se uma redução no consumo de alimentos *in natura*, de origem vegetal, por produtos industrializados prontos para o consumo - o que resultou em uma maior ingestão de gorduras, açúcares refinados e redução de vitaminas e minerais, e consequentemente maiores índices de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis

(WHO, 2004; BRASIL, 2014). Essas mudanças são apontadas como consequências de aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais, os quais transformaram o modo de vida e provocaram alterações no comportamento alimentar da população (BRASIL, 2014). Aspectos que podem ser debatidos e trabalhados por meio de ações populares de educação, como as de EAN por meio das hortas, visando formar a consciência crítica da população, participação ativa e propiciar reformas sociais e transformação dos espaços de vivência - de forma a se atingir a garantia da saúde para todos, a SAN e a realização do DHAA (SCHRAM; CARVALHO, 2007; BRASIL, 2012b).

O debate quanto aos determinantes e condicionantes de saúde é estimulado pela Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS), a qual propõe que as ações ampliem seu escopo para além dos muros das unidades de saúde e do próprio SUS. É necessário que se traga um enfoque aos determinantes do processo saúde-doença - como o desemprego, a ausência de saneamento básico, a desigualdade nas condições de moradia e educação, a fome, a urbanização desordenada, a qualidade da água. Dessa forma, é possível incidir de forma concreta sobre as condições de vida e ampliar a possibilidade de que escolhas saudáveis sejam feitas por meio dos sujeitos em seus territórios (BRASIL, 2010c). Além de ir contra a lógica tradicional, a qual aborda os modos de viver de forma individualizante e fragmentária, ao colocar os indivíduos como responsáveis únicos pelos seus processos de saúde-doença (BRASIL, 2015).

A presente série de vídeos teve como objetivo seguir as recomendações de produção de saúde descritas na PNPS (BRASIL, 2015), ao pensá-la a partir de uma concepção ampliada e voltadas às necessidades locais - considerando a importância do papel dos diferentes atores e setores envolvidos e buscando promovê-la de forma integrada e articulada. Ainda, é possível por meio dos materiais audiovisuais estimular a ação comunitária ativa nos territórios por meio da participação em hortas comunitárias, promover essa prática que trabalha a saúde de forma integral e fomentar o diálogo entre os saberes populares e científicos.

A concepção de mundo da educação popular em saúde, a qual dialoga com a EAN, aponta que as ações sejam baseadas na busca do diálogo e da escuta. Ao tomar como ponto de partida o conhecimento que cada indivíduo tem de suas próprias vivências, sejam elas quais forem, viabiliza-se momentos de compartilhamento de experiências e a construção de uma teia de saberes técnicos e populares - considerando-se que os saberes são apenas diferentes, sem hierarquizá-los (BRASIL, 2007).

Durante a pré-produção do trabalho, buscou-se entrar em contato com cidadãos que participassem ativamente de ações relacionadas à agricultura urbana em Florianópolis e trabalhassem com diferentes etapas do processo e pudessem compartilhar seus conhecimentos, de forma a abranger tanto aqueles de aspecto mais técnico quanto aqueles provenientes da prática cotidiana. A fim de registrar as informações consideradas importantes por estes indivíduos, de forma confortável e o mais natural possível, não foram fornecidos roteiros e tópicos a serem abordados. Essa abordagem visou reproduzir nos vídeos as formas mais tradicionais de transmissão de conhecimento acerca das plantas, por meio da oralidade e compartilhamentos informais de experiências entre os indivíduos (AMOROZO, 2002; SARAIVA, 2011).

Compreende-se que, além do acesso a informações sobre o cultivo de plantas, ações como a criação de hortas comunitárias necessitam de incentivos governamentais. Considerando-se que umas das principais limitações relatadas por participantes de hortas comunitárias são a falta de espaço e recursos (SARAIVA, 2011), é importante que sejam disponibilizados terrenos públicos e institucionais, além do fornecimento de apoio técnico e de material - os quais são essenciais para a criação e, principalmente, manutenção desses projetos comunitários. A partir do Programa Cultiva Floripa, Florianópolis amplia o incentivo à agricultura urbana. No último ano, esse programa tem realizado um levantamento de Centros de Saúde interessados na criação de novas hortas comunitárias em seus espaços, por exemplo.

Nos últimos anos, a COMCAP tem sido uma entidade promotora das hortas urbanas na cidade, ao fornecer as matérias orgânicas utilizadas nas hortas, o cepilho e o composto - proveniente da compostagem realizada pelos trabalhadores da Companhia. Além da participação em mutirões comunitários com trabalhadores capacitados em agroecologia (DAUSSY, 2018). Essas ações intersetoriais, vivenciadas nas hortas comunitárias da cidade, permitem que os diferentes setores e indivíduos pensem, co-responsabilizem-se e mobilizem-se na formulação de intervenções e soluções inovadoras para uma melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2010c).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a contribuir com a divulgação dos saberes, científicos e populares, sobre a criação e manutenção de hortas comunitárias. Para atingir este objetivo, foi elaborada uma série de vídeos educativos com a participação de mobilizadores de ações de agricultura urbana em Florianópolis.

Na cidade, observam-se experiências de projetos comunitários de agricultura urbana e compostagem, tanto em espaços institucionais quanto em terrenos públicos e privados. Entretanto, durante a convivência nestes projetos ao longo dos últimos anos foi percebida a dificuldade em agregar novos voluntários, o que algumas vezes resulta no encerramento das atividades. Portanto, ressalta-se a importância em estimular a participação nestes espaços, por meio do fornecimento dos insumos necessários quanto de auxílio técnico. Neste contexto, o presente trabalho buscou contribuir ao compartilhar conhecimentos técnicos e populares encontrados entre mobilizadores de hortas comunitárias em Florianópolis.

Por fim, algumas limitações deste trabalho podem ser destacadas. Apesar de o objetivo não ter sido a abrangência da grande diversidade de temáticas e saberes referentes às hortas comunitárias, a série de vídeos abordou apenas seis temas introdutórios. Entretanto, abordou-se a maior gama de temas possíveis dentro do tempo disponível para a execução do trabalho, considerando-se a carga horária da residência e maior enfoque voltado às atividades práticas da vivência diária da residente. Além disso, os mobilizadores participantes da série não representaram a diversidade de indivíduos que costumam participar desses espaços, como os usuários dos CS – pois, devido à pandemia de COVID-19 e a necessidade de isolamento social, os grupos de hortas comunitárias estavam suspensos durante o período.

Sugere-se que futuros trabalhos de conclusão de residência tenham como norte a elaboração de materiais e intervenções de educação em saúde que possam contribuir de forma prática na vivência da atenção primária. Pois, por meio do estímulo à participação cidadã em práticas multiprofissionais, intersetoriais e que reúnam a população em seus territórios, pode-se fortalecer a luta pela garantia dos direitos e existência de um SUS de qualidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE (org.). **Síntese de Indicadores Sociais**: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população em 2019. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2020.

AMOROZO, M. C. M. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil. **Acta Bot. Bras.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 189-203, Abr 2002.

ASHAVER, D. The Use of Audio-Visual Materials in the Teaching and Learning Processes in Colleges of Education in Benue State-Nigeria. **Iosr Journal Of Research & Method In Education (Iosrjrme)**, [S.L.], v. 1, n. 6, p. 44-55, 2013. IOSR Journals. <http://dx.doi.org/10.9790/7388-0164455>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas** / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva – Brasília: Ministério da Saúde, 2000. 44p. il.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 2006a.

BRASIL. **CENSO AGROPECUÁRIO**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de educação popular e saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160p.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 2010a.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio – Segurança Alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – 3. ed – Brasília: Ministério da Saúde, 2010c.

BRASIL. **Decreto nº 7794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília, DF, 21 ago. 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 22 janeiro 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012b.

BRASIL. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional** / organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf. Acesso em: 22 janeiro 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2ª edição. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006**/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Pequeno guia prático para a agricultura urbana** / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. – Brasília: DF: MMA, 2018. Disponível em: <https://www.organicnet.com.br/site/wp-content/uploads/2018/07/Cartilha-Agricultura-Urbana.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BRASIL. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Governo Federal. **Controle Social**. 20---. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CAMPOS, C. S. S. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Revista Lutas & Resistências**, número 1, pp. 146-162, UEL/Gepal, Londrina, setembro de 2006.

CETIC (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação). **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios 2019**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

CHAVES, C.; COSTA, C.; OLIVEIRA NETO, G. A.; ROMÃO, M. M. **Hortas Urbanas: moradia urbana com tecnologia social**. São Paulo: Prima Estúdio, 2015. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/hortas-urbanas-moradia-urbana-com-tecnologia-social/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CLEMENTE, F. M. V. T.; HABER, L. L. **Horta em pequenos espaços**. Brasília, DF: Embrapa, 2012. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/176051/1/HORTA-EM-PEQUENOS-ESPACOS-4-IMP-2017.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR (CONSEA). **A Segurança Alimentar e Nutricional e o direito à alimentação adequada no Brasil: Indicadores e monitoramento, da constituição de 1998 aos dias atuais.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-no-brasil-indicadores-e-monitoramento/relatorio-consea.pdf>. Acesso em: 22 janeiro 2021.

COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte 07(2) 81-97 julho-dezembro de 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277213525_Agricultura_urbana_pratica_espontanea_politica_publica_e_transformacao_de_saberes_rurais_na_cidade. Acesso em: 22 jan. 2021

CULLEN, K. W. et al. Creating healthful home food environments: results of a study with participants in the expanded food and nutrition education program. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, v. 41, n. 6, p. 380–388, dez. 2009.

DAUSSY, M.F.S. Implantação de hortas comunitárias nas Unidades Básicas de Saúde de Florianópolis, SC, Brasil. *In*: VI Congresso Latino-Americano Agroecologia, 2017, Brasília. **Anais**. Brasília: Cadernos de Agroecologia, 2018.

FACHIN, P; MACHADO, R. **Entrevista especial com Tereza Campello: 'economizar' no bolsa família é uma opção governamental de ampliar a exclusão de pessoas do programa..** 'Economizar' no Bolsa Família é uma opção governamental de ampliar a exclusão de pessoas do programa. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/596874-economizar-no-bolsa-familia-e-uma-opcao-governamental-entrevista-especial-com-tereza-campello>. Acesso em: 22 jan. 2021

FAZENDA EXPERIMENTAL DA RESSACADA - CCA UFSC (Florianópolis). Ufsc. **CONTEXTUALIZAÇÃO: história anterior à fazenda. HISTÓRIA ANTERIOR À FAZENDA.** 20---. Disponível em: <https://fazenda.ufsc.br/historia/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). **The State of Food Insecurity in the World.** 2014 Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>

FLEMING, Susan E.; REYNOLDS, Jerry; WALLACE, Barb. Lights... Camera... Action! A Guide for Creating a DVD/Video. **Nurse Educator**, [S.L.], v. 34, n. 3, p. 118-121, maio 2009. Ovid Technologies (Wolters Kluwer Health). <http://dx.doi.org/10.1097/nne.0b013e3181a0270e>.

FLORIANÓPOLIS (Município). **Decreto nº 21.723, de 08 de julho de 2020. Dispõe sobre o Programa Municipal de Agricultura Urbana - Programa Cultiva Floripa.** Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis, SC, v. 2728, p. 1 - 3, 2020.

FREDDI, S M . **A Agricultura Urbana e o "Bem Viver" nos Espaços urbanos: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do Município de Joinville/SC.** 2015. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135125>

GOMEZ, L. M.; SHERIN, M. G.; GRIESDORN, J.; FINN, L. Creating Social Relationships. **Journal Of Teacher Education**, [S.L.], v. 59, n. 2, p. 117-131, fev. 2008. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0022487107314001>.

GREEN, S. H.; GLANZ, K. Development of the perceived nutrition environment measures survey. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 49, n. 1, p. 50–61, jul. 2015.

INCA. **Causas e Prevenção: agrotóxico**. Agrotóxico. 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos>. Acesso em: 22 jan. 2021.

JACOB, M; BRITO, L. UFRN. **Laboratório Horta Comunitária Nutrir**. 2019. Disponível em: <http://nutrir.com.vc/>. Acesso em: 22 janeiro 2021.

JORNAL DO CAMPECHE (Florianópolis). **CAMPECHE abriga horta comunitária modelo no município**. 2016. Disponível em: <https://www.jornaldocampeche.com.br/2016/10/campeche-abriga-horta-comunitaria-modelo-na-capital/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

KEGLER, M. C. et al. The influence of home food environments on eating behaviors of overweight and obese women. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, v. 46, n. 3, p. 188–196, jun. 2014.

KRUKOWSKI, R. A.; HARVEY-BERINO, J.; WEST, D. S. Differences in home food availability of high- and low-fat foods after a behavioral weight control program are regional not racial. **The International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 7, p. 69, 24 set. 2010.

LASKA, M. N. et al. Dietary patterns and home food availability during emerging adulthood: do they differ by living situation? **Public Health Nutrition**, v. 13, n. 2, p. 222–228, fev. 2010.

LYTLE, L. A. Measuring the food environment state of the science. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 36, n. 4 Suppl, p. S134–S144, abr. 2009.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. **Agricultura Urbana**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002. 25 p. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Agriurbana-EMBRAPA.pdf>

MARTINS, A. P. B., MONTEIRO, C.A. Impact of the Bolsa Família program on food availability of low-income Brazilian families: a quasi experimental study. **BMC Public Health**, v. 16, n. 1, p. 827, 2016.

MOREIRA, C. B.; BERNARDO, E. B. R.; CATUNDA, H. L. O.; AQUINO, P. S.; SANTOS, M. C. L.; FERNANDES, A. F. C. Construção de um Vídeo Educativo sobre Detecção Precoce do Câncer de Mama. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 59, n. 3, p. 401-407, 30 set. 2013.

NEVES, Janaina das; DAMIANI, Jussara Cardoso. **Curricularização das ações de educação alimentar e nutricional e horta como instrumento pedagógico** [recurso eletrônico – Florianópolis: UFSC, 2020. 114 p.: il.

NIETSCHE, E., Lima, M., Rodrigues, M., Teixeira, J., Oliveira, B., Motta, C., Gribler, C., Gribler, V., Lucas, D., & Farias, M. Tecnologias inovadoras do cuidado em enfermagem. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 2, n. 1, p. 182-189, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/3591>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

OLIVEIRA-COSTA, M. **Covid-19: “uma alegoria da perversa desigualdade social no Brasil”**. 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/covid-19-uma-alegoria-da-perversa-desigualdade-social-no-brasil/>. Acesso em: 22 janeiro 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **OPAS/OMS destaca importância da atuação conjunta dos setores da saúde, agricultura e meio ambiente na regulamentação de agrotóxicos**. 2018. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5756:opas-oms-destaca-importancia-da-atuacao-conjunta-dos-setores-da-saude-agricultura-e-meio-ambiente-na-regulamentacao-de-agrotoxicos&Itemid=839. Acesso em: 22 janeiro 2021.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). OMS. **Folha informativa COVID-19: escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 21 janeiro 2021.

PAHO (Pan American Health Organization). **Health Indicators: conceptual and operational considerations**. Washington: DC: PAHO, 2008. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/49056/09789275120057_eng.pdf?sequence=6&isAllowed=y. Acesso em: 22 jan. 2021.

PINHEIRO, A. R. O.; RECINE, E. CARVALHO, M. F. **O que é uma alimentação saudável ?** Considerações sobre o conceito, princípios e características: uma abordagem ampliada. Ministério da Saúde, Brasília, 2005. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/oQueEAlimentacaoSaudavel.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

REINHOLZ, F; FERREIRA, M. (Porto Alegre). Brasil de Fato. **Plantio Agroecológico Solidário: ufsc e comunidade doam alimentos a quem mais precisa**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/12/23/plantio-agroecologico-solidario-ufsc-comunidade-doam-alimentos-a-quem-mais-precisa>. Acesso em: 22 jan. 2021.

RODRIGUES JUNIOR, J. C. et al . **CONSTRUÇÃO DE VÍDEO EDUCATIVO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE OCULAR EM ESCOLARES. Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 26, n. 2, e06760015, 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000200334&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ROSENKRANZ, R. R.; DZEWALTOWSKI, D. A. Model of the home food environment pertaining to childhood obesity. **Nutrition Reviews**, v. 66, n. 3, p. 123–140, 1 mar. 2008.

SALVADOR, P. T. C. O. et al. Tecnologia e inovação para o cuidado em enfermagem. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 111-117, out. 2012. ISSN 0104-3552. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/4004>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. DOCUMENTO REFERENCIAL GERAL: Versão Final. Belo Horizonte, 2007, 89p. Disponível em: http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf

SARAIVA, R. A. **As hortas urbanas na reconfiguração física, social e ambiental do concelho de Oeiras**. [Dissertação]. Portugal, 2011.

SCHRAM, S. C.; CARVALHO, M. A. B. **O PENSAR EDUCAÇÃO EM PAULO FREIRE**: Para uma Pedagogia de mudanças. 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/165923/001046037.pdf?sequence=1&isAlowed=y>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 31, n. 5, p. 538-542, Oct. 1997 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101997000600016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 Mar. 2021.

SHIER, V.; NICOSIA, N.; DATAR, A. Neighborhood and home food environment and children's diet and obesity: Evidence from military personnel's installation assignment. **Social Science & Medicine** (1982), v. 158, p. 122–131, jun. 2016.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de et al . Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 32, e180161, 2019 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732019000100301&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 mar. 2021. Epub 04-Fev-2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-9865201932e180161>.

VIA CAMPESINA. **Qué es La Soberanía Alimentaria?**. 2003. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/314-que-es-lasoberania-alimentaria>.

WHO (World Health Organization). **Diet, nutrition and the prevention of chronic 43 diseases**. Report of a joint WHO/FAO expert consultation. WHO technical report series 44 916. Geneva: World Health Organization; 2003. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42665/WHO_TRS_916.pdf?sequence=1. Acesso em: 22 jan. 2021.

WHO (World Health Organization). **Global Strategy on Diet Physical Activity and Health** (Resolution 57.17), Geneva; 2004. Disponível em:
<http://www.who.int/dietphysicalactivity/strategy/eb11344/strategy_english_web.pdf>.

WIDENER, M. J.; METCALF, S. S.; BAR-YAM, Y. Dynamic urban food environments: a temporal analysis of access to healthy foods. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 41, n. 4, p. 439–441, out. 2011.